

**Professor de educação especial: papéis atribuídos e desempenhados frente ao processo de
inclusão escolar em uma cidade paraense**

*Profesor de educación especial: papeles asignados y desarrollados frente al proceso de
inclusión escolar en una ciudad paraense*

Juliane Dayrle Vasconcelos da Costa
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
São Carlos, SP, Brasil
Carla Ariela Rios Vilaronga
Instituto Federal de São Paulo (IFSP)
São Carlos, SP, Brasil

Resumo

A pesquisa teve como intuito identificar os papéis dos professores de Educação Especial em um município do estado do Pará. Participaram quatro participantes, sendo uma coordenadora de educação especial e três professoras de educação especial de uma cidade de médio porte paraense. O estudo se caracteriza como pesquisa com abordagem qualitativa, tipo descritivo e se consolida como estudo de caso. Por meio dos resultados foi constatado que em muitos momentos houve uma marcante dualidade no que está atribuído e o que está sendo efetivado pelos professores de Educação Especial, principalmente nas ações relacionadas à sala comum, foram evidenciadas inúmeras barreiras e impossibilidades para esse contato frequente.

Palavras-chave: Educação especial; Professor de educação especial; Papéis.

Resumen

La investigación tuvo como objetivo identificar los roles de los profesores de Educación Especial en una ciudad del estado del Pará. Participaron cuatro participantes, uno coordinador de educación especial y tres profesores de educación especial de una ciudad de porte medio de Pará. El estudio se caracteriza como una investigación con enfoque cualitativo, tipo descriptivo y se consolida como un estudio de caso. A través de los resultados se constató que en muchos momentos ocurrió un marcante dualidad en lo que se asigna y lo que se está realizando por parte de los docentes de Educación Especial, especialmente en las acciones relacionadas con la sala común, fue mirado numerosas barreras e imposibilidades para este frecuente contacto.

Palabras-clave: Educación Especial; Profesor de educación especial; Papeles

Introdução

No Brasil, a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996), o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), dentre outros dispositivos legais, determinam que a educação é um direito de todos e garantem que pessoas Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) devem ser assistidas pelo Atendimento Educacional Especializado – AEE em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino (MENDES, 2010).

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), os professores de Educação Especial são aqueles que:

[...] desenvolverão competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar, e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequadas aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2001, p. 15).

Como pode ser observado, o professor de Educação Especial, de acordo com as normativas, deve executar um leque de atribuições frente ao processo de inclusão escolar dos estudantes PAEE, perpassando desde o suporte ao estudante, escola até a família.

A literatura aponta diferentes modos da materialização do AEE nas escolas, sendo os principais deles: Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), serviço de itinerância e ensino colaborativo, (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014). Atualmente, observa-se que as políticas públicas brasileiras priorizam o serviço de SRM que é realizado, preferencialmente, no contraturno da escolarização regular do estudante PAEE.

O AEE ofertado na SRM vem recebendo muitas críticas, a principal delas está relacionada ao fato de ser um modelo de tamanho único, que não atende necessariamente às necessidades de todos os estudantes PAEE e que muitas vezes, pela forma que ocorre, dificulta a comunicação entre professor de classe comum e especial (CAPELLINI; ZERBATO, 2019).

Como foi mencionado, outros modelos são evidenciados na literatura, como por exemplo, o serviço itinerante. Nele, o professor de Educação Especial não se disponibiliza integralmente para a escola ou sala de aula, mas sim realiza um trabalho de alternância, sem exclusividade para uma criança ou sala e a depender da instituição. Esse modelo vem sendo

visto como econômico, pois permite um número maior de atendidos, porém existe a lacuna do distanciamento entre os professores da sala comum com o professor da Educação Especial devido às dificuldades para esse relacionamento proximal (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014).

Tem-se, também, o serviço baseado no ensino colaborativo, que tem como base a parceria entre o professor de sala comum com o professor de Educação Especial, sem hierarquia na sala de aula comum. Nesse serviço, os professores, juntos, planejam, instruem e avaliam uma turma heterogênea. É visto como promissor e parte da premissa de que o ambiente que o estudante PAEE passa mais tempo é a sala de aula com seus pares e, com isso, esse espaço precisa ser modificado para atender às necessidades e quebrar as percepções de que o problema está no aluno e que ele que deve ser remodelado para atender o meio (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014).

Frente a isso, Zerbato (2014) realiza um estudo com o intuito de definir o papel do professor de Educação Especial, baseada na proposta do coensino, segundo a ótica dos vários atores ouvidos no processo da inclusão escolar. Para isso, participaram 21 sujeitos: seis professores do ensino comum, quatro professoras de Educação Especial, seis pais de alunos PAEE, três diretoras, uma vice-diretora e um coordenador pedagógico. Constatou-se que os participantes avaliaram positivamente a proposta da atuação frente ao coensino, mesmo sendo os primeiros contatos com a proposta.

Vale (2021) realiza um estudo em Portugal com o intuito de conhecer as perspectivas que professores e alunos apresentam sobre o professor de educação especial. Constatou-se que de acordo com os diferentes sujeitos, o principal papel é a garantia do acesso, permanência, participação e sucesso dos estudantes PAEE. Porém evidenciou-se que os dois grupos apontaram que o papel desse sujeito é muito diversificado e vai desde o atendimento individual do estudante quando necessário até a articulação colaborativa com os demais atores da educação. Sendo assim construído de forma orgânica uma escola mais inclusiva.

Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) reforçam que todos os profissionais exercem papéis diante do processo de inclusão escolar, mas além de reconhecerem seus papéis, eles precisam refletir os princípios dessa perspectiva e fazer uso deles. Diante disso, problematiza-se: quais seriam os papéis a serem desempenhados pelos professores de Educação Especial? Há divergência do que é atribuído para o que é realizado na prática? Este estudo teve como

Professor de Educação Especial: Papéis atribuídos e desempenhados frente ao processo de inclusão escolar em uma cidade paraense

objetivo: identificar os papéis dos professores de Educação Especial em um município do estado do Pará.

O presente artigo é oriundo de dissertação e houve financiamento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Método

Em relação ao delineamento, o estudo apresenta abordagem qualitativa que segundo Bogdan e Biklen (1994) é efetivo quando envolve investigações que descrevem contextos de constantes interações, como por exemplo, as escolas, e com isso é possibilitado analisar esse contexto por meio das perspectivas dos diferentes sujeitos investigados.

Trata-se de um estudo tipo descritivo, considerando que uma vez que foi realizada a descrição das características de uma população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, possibilitando assim conseguir atingir a finalidade da proposta (GIL, 2008).

Por fim, a presente investigação se consolida dentro do estudo maior intitulado: Papéis dos profissionais da rede de apoio à inclusão escolar na educação infantil, que tem como objetivo: Descrever e caracterizar a rede de apoio à inclusão escolar na educação infantil. Como objetivos específicos, pretendeu-se: a) Descrever quais eram os profissionais que compunham a rede de apoio à inclusão escolar na educação infantil e b) Analisar os papéis atribuídos e desempenhados por esses profissionais que atuavam na educação infantil com estudantes PAEE. Utilizou para coleta de dados diferentes recursos, que contemplaram desde roteiros de caracterização, entrevistas individuais e de grupo focal.

Esse estudo amplo se caracteriza como como estudo de caso, que de acordo com Yin (2005), “surge do desejo de entender fenômenos sociais complexos [...] e permite que os investigadores foquem em um ‘caso’ e retenham uma perspectiva holística e do mundo real” (p. 4), aspectos considerados na presente pesquisa. o mesmo autor aponta também que há a presença de estudos de caso em várias áreas de conhecimento, inclusive na educação e que podem ser investigados fenômenos individuais, grupais e organizacionais (YIN, 2005), indo ao encontro, deste modo, com o que é proposto neste estudo. O estudo aqui apresentado faz parte dessa construção de dados amplos, considerando que as análises aqui apresentadas foram construídas nessas reflexões de como as especificidades desse contexto.

Sobre a cidade, ela está localizada na região nordeste do estado do Pará, distante aproximadamente 70 km da capital Belém. De acordo com dados disponibilizados pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade está entre as mais populosas do estado e apresenta aproximadamente 200.000 habitantes, com área territorial de cerca de 1.000,000 km² (IBGE, 2019). O estudo foi realizado na rede municipal de educação que apresenta 82 escolas ofertando Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e finais e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A pesquisa atendeu aos requisitos éticos, sendo aprovada pelo comitê de ética de pesquisas com seres humanos da Universidade Federal de São Carlos com parecer nº 3.557.604, as orientações dadas e a preservação da integridade e anonimato dos pesquisados foram obedecidas ao longo do estudo. Para a consolidação da participação no estudo, todos os convidados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O estudo contou com a participação de três professoras de Educação Especial e uma coordenadora de Educação Especial.

Segue, abaixo, a caracterização das participantes:

Quadro 1 - Descrição das participantes da pesquisa

Designado	Sexo	Idade	Formação superior	Formação em Educação Especial	Regime de trabalho	Carga horária semanal
Coordenadora	F	36	Letras e Pedagogia	Especialização	Contrato	41 – 60 h
Professora de Educação Especial I	F	52	Pedagogia	Especialização	Efetivo com lotação interna	21 – 40 h
Professora de Educação Especial II	F	35	Licenciatura em Biologia e Letras – Libras	Especialização	Efetivo com lotação interna	21 – 40 h
Professora de Educação Especial III	F	36	Pedagogia	Especialização	Efetivo com lotação interna	21 – 40 h

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos:

- Roteiro de entrevista para a coordenadora da Educação Especial: construído com base no instrumento de caracterização do Município, elaborado e disponibilizado pelo Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP)ⁱ e aplicado de modo remoto com a coordenadora da Educação Especial.

Professor de Educação Especial: Papéis atribuídos e desempenhados frente ao processo de inclusão escolar em uma cidade paraense

- Roteiro de entrevista com grupo focal para professoras da Educação Especial: elaborado com base no questionário de avaliação da política de inclusão escolar: professor(a) de Educação Especial, elaborado no projeto “A avaliação da qualidade da Educação Especial, no âmbito da Educação Básica” e aplicado em grupo de modo presencial.

Os roteiros de grupo focal foram adaptações de instrumentos já existentes e posteriormente avaliados por juízes selecionados, por conveniência, participantes do Grupo de Pesquisa de Formação de Recursos Humanos em Educação Especial (GP-FORRESP) com experiência ou interesse nos temas.

Depois de coletados, os dados foram transcritos e revisados de acordo com as orientações de Manzini (2012). Posteriormente, analisados de forma qualitativa, de acordo com Minayo (2012), e categorizados em dois eixos temáticos, sendo eles: atribuições dos professores de Educação Especial e práticas dos professores de Educação Especial.

Resultados e discussões

O cargo de professor de Educação Especial foi descrito no município através da Lei nº 028/2012, que dispõe sobre a criação de cargos públicos municipais de profissionais de Educação Especial. Contudo, recebeu modificações em suas atribuições e nos requisitos formativos com as alterações dadas pela Lei nº 005/2018. Sobre a formação exigida para esse profissional:

Licenciatura em Pedagogia, com habilitação em Educação Especial e/ou inclusiva ou Licenciatura Plena em Educação Especial; ou Licenciatura em quaisquer áreas, com Pós-graduação em Educação Especial e/ou inclusiva ou Especialização em Atendimento Educacional Especializado ou Especialização em Educação Especial com ênfase no Atendimento Educacional Especializado. (MUNICÍPIO INVESTIGADO, 2018, p. 3).

Nota-se que tais quesitos estabelecidos para atuação neste cargo estão em consonância com as determinações das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, para atuação enquanto professor de Educação Especial (BRASIL, 2001). Ao questionar a coordenadora de Educação Especial sobre a distribuição dos professores de Educação Especial foi constatado que nunca houve concurso para o referido cargo e, diante disso, a lotação ocorria por meio de processo seletivo, como pode ser observado no excerto:

Através de processo seletivo interno, para Sala de Recursos Multifuncional, todos os anos a gente abre processo seletivo interno, onde o professor tem a

oportunidade de escrever um memorial e concorrer a uma vaga nesse espaço quando há vacância (COORDENADORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2019).

Os professores de Educação Especial eram, então, prioritariamente lotados por seleção interna, em que professores efetivos de diferentes áreas, que tivessem perfil formativo exigido e interesse, disponibilizavam-se para o referido cargo e realizavam as fases da seleção. No entanto, quando a demanda de profissionais não era atingida, eram abertas vagas para a contratação externa. Durante a realização da pesquisa, havia, de acordo com dados afirmados pela coordenadora, 40 professores em regime de lotação interna e dois contratos externos, contabilizando 42 professores de Educação Especial atuantes nas SRM para toda a rede municipal.

Estudos como de Machado e Martins (2019) afirmam a importância da inserção nas normativas brasileiras, do ingresso exclusivo de professores por meio de concursos público, porém ainda são frequentemente visualizadas outras formas de lotação como por exemplo contratos temporários e redistribuições, como é o caso do município estudado.

Com base no apresentado, são inúmeros os benefícios da presença de professores efetivos nas escolas, principalmente da Educação Especial, que podem ter atuações com impactos tanto de curto, quanto de longo prazo, possibilidades maiores de vínculo com estudantes, famílias e equipe escolar, para a construção de práticas mais assertivas no coletivo, que poderiam não ser viáveis com profissionais em caráter de regime contratual, com fragilidades e possibilidades de rotatividade.

Atribuições dos professores de Educação Especial

Na Lei nº 005/2018 foram identificados 17 papéis a serem desempenhados por esses profissionais, como pode ser observado abaixo:

Quadro 2 - Atribuições dos professores de Educação Especial segundo a Lei nº 005/2018

1. Elaborar e executar plano de desenvolvimento individualizado, avaliando a funcionalidade e aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
2. Organizar o cronograma de atendimento dos alunos na sala de recursos multifuncional;
3. Planejar em parceria com os demais professores, quando atuar nas turmas regulares da rede municipal de ensino, as aulas, estratégias, recursos, metodologias e avaliações a serem adotadas para a melhoria da qualidade de ensino dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
4. Participar ativamente das atividades desenvolvidas em sala de aula, orientando os docentes quanto às estratégias, recursos, metodologias e avaliações a serem adotadas, para a melhoria da qualidade

Professor de Educação Especial: Papéis atribuídos e desempenhados frente ao processo de inclusão escolar em uma cidade paraense

do ensino dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação;
5. Planejar e acompanhar as atividades pedagógicas em consonância com o projeto político pedagógico da instituição, na perspectiva de um trabalho inclusivo;
6. Colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
7. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na turma de ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
8. Promover a articulação intersetorial na implementação de políticas públicas;
9. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
10. Promover o ensino e uso de recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, comunicação alternativa e aumentativa, informática acessível, sorobã, recursos ópticos e não ópticos, softwares específicos, códigos e linguagens, atividades de orientação e mobilidade, entre outros, de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
11. Participar da estruturação do projeto político pedagógico e/ou conselhos escolares da Unidade de Ensino;
12. Estabelecer um ambiente inclusivo, juntamente com os demais profissionais, através de orientações, atividades e ações;
13. Participar de seminários, cursos, reuniões e/ou outros eventos de formação continuada promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, quando ofertado;
14. Ministras palestras, cursos, minicursos, oficinas de formação continuada na área específica de sua formação para professores da Rede Municipal de Ensino, quando solicitado pela Secretaria Municipal de Educação;
15. Zelar pelo cumprimento da legislação do sistema educacional e pela conservação do patrimônio escolar;
16. Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando suas atribuições com eficiência, presteza e ética;
17. Realizar atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, quando necessário e/ou solicitado pela Unidade de Ensino ou pela Secretaria Municipal de Educação.

Fonte: Lei municipal nº 005/2018

Observa-se, no quadro acima, que as atribuições dadas aos professores de Educação Especial perpassavam pela organização dos atendimentos; elaboração de instrumentais; planejamento e acompanhamento das ações desenvolvidas; parcerias com família, professores e profissionais; oferta e participação de formações vinculadas à área de atuação; dentre outras.

Perante a análise dessas atribuições, notou-se que elas estão de acordo com as políticas que regem o AEE que envolvem papéis voltados à ação direta com estudantes,

equipe escolar e comunidade escolar, famílias e oferta de formação para todos os diferentes sujeitos que participam e podem colaborar com o processo de inclusão escolar.

Em relação à percepção da gestão municipal sobre a papel dos professores de Educação Especial.

O papel desse profissional é proporcionar subsídios necessários para o ensino regular, ele dá suporte para o ensino regular, ele que proporciona e viabiliza atividades, cursos, enfim, todos o suporte necessário para promover a autonomia desse aluno no ensino regular para que ele consiga né, chegar ao ensino regular de uma forma mais evidente possível e vai trabalhar também articulado para verificar também a necessidade maior do ensino da turma regular para que ele consiga compreender como atuar, quais são seus objetivos a serem trabalhados, prioritariamente, vamos dizer assim, e vai trabalhando de acordo (...) nesse sentido então, o papel dele é essencialmente dar suporte para que o aluno consiga caminhar e trilhar no ensino regular de forma independente (COORDENADORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2019).

Com base no apresentado, observa-se que, na percepção defendida pela coordenadora de Educação Especial e nas atribuições da lei, há uma notória relação da atuação do professor da Educação Especial em parceria com professor da sala de aula comum, para proporcionar ao estudante os requisitos e suportes para atender suas necessidades. Porém questiona-se se o modelo de serviço adotado pelo município propicia tais oportunidades e torna viável a reflexão coletiva desses professores. Diante disso, como já foi apresentado no presente estudo, a literatura apresenta outros modelos de serviço de apoio que oportunizam essa estreita relação do professor de Educação Especial com a sala de aula comum, como por exemplo o ensino colaborativo (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014; CAPELLINI; ZERBATO; 2019).

Diante do exposto, nota-se detalhamentos e relevantes papéis definidos nas normativas e concepção defendida pela gestão municipal sobre as ações a serem desempenhadas pelos professores de Educação Especial. Em seguida, serão problematizadas as possibilidades e práticas realizadas pelos protagonistas dessas ações que são os próprios professores.

Práticas dos professores de Educação Especial

Como foi mencionado no bloco anterior, uma das atuações vistas como imprescindível trata-se da relação proximal entre o professor de Educação Especial e a sala de aula comum. Ao questionar esses professores sobre as ações desempenhadas, foi constatado, pela fala de uma das participantes, que:

Professor de Educação Especial: Papéis atribuídos e desempenhados frente ao processo de inclusão escolar em uma cidade paraense

Eu nunca consegui fazer esse atendimento, o que eu consegui fazer dentro da sala de aula é, às vezes, uma observação, para aquele aluno mais agitado, dar uma dica para as professoras, mas às vezes, quando eu tenho um tempinho, quando um aluno faltou o atendimento ou no dia de organização (...) Mas atendimento mesmo dentro de sala de aula eu ainda não consegui (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I, 2019).

Observa-se, no relato, que há impossibilidade para a execução dessa tarefa, contradizendo o que é defendido nas atribuições estabelecidas pela Lei nº 005/2018 e no discurso da coordenadora de Educação Especial.

Porém, mesmo com as barreiras enfrentadas para uma efetiva atuação, as professoras de Educação Especial I e II, reconheciam os benefícios e a importância da parceria com os professores de sala comum e Profissionais de Apoio Escolar. Aspecto não tão bem visto pela professora de Educação Especial III:

Na verdade eu tenho um olhar bem mais ético, a regência de sala de aula é do professor, então sempre que eu posso eu ofereço ajuda assim como a colega falou, quando a gente tem um recurso, eu disponibilizo os recursos da sala, eu deixo bem claro que aqueles objetos eles não são da sala de AEE, são de uso comum e dentro desse processo de uso do aluno tem material bem mais indicado para o autista, deficiência intelectual e sempre que elas quiserem elas devem ir na sala (SRM), verificar esse material, levar, usar com as crianças. A gente procura ter essa relação, dizer pra ela que aquela sala lá não é nossa, nós estamos lá e que podemos fazer essa parceria “porque a gente não usa o recurso com a criança? (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL III, 2019).

Diante do excerto, há uma demarcação de espaços e de responsabilidades exclusivas, sendo a sala de aula comum pertencente ao professor que cotidianamente está lá. Porém, neste estudo, defende-se a superação dessas divisões e reafirma-se que todos os espaços e estudantes devem ser de responsabilidades compartilhadas, ao considerar uma perspectiva colaborativa. Reflete-se, também, que ações paralelas não eliminam barreiras e não alteram o contexto vivenciado pelo estudante PAEE na sala comum, com isso, faz-se necessário colocar em prática ações em coletivo, sem hierarquia, com objetivos mútuos, perspectivando construções de respostas educativas mais assertivas para todos os estudantes da escola (VILARONGA, 2014; ZERBATO, 2014; RABELO, 2016).

Dente outro aspecto, identificado como prática das professoras, estava a elaboração de instrumentais, como por exemplo o Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI),

plano pedagógico especializado, diário de campo e registro de frequências de atendimento e demais que visavam monitorar as ações realizadas com os estudantes PAEE nas SRM.

Tannús-Valadão e Mendes (2016) apontam que o PDI é um dos documentos referenciados nas normativas nacionais para referir-se ao planejamento educacional. Porém apontam a diversidade e falta de consenso brasileiro em relação ao instrumento e a nomenclatura que deve ser oficialmente utilizada. Rodrigues-Santos (2020) defendem a construção e elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), sendo um documento muito utilizado em países com práticas mais avançadas de inclusão escolar, que tem como papel nortear as ações educacionais aos estudantes PAEE, por meio da apresentação das informações específicas do estudante, elaborado coletiva e colaborativamente, desde os primeiros anos de vida e aprimorado ao longo do processo educacional do indivíduo (TANNÚS-VALADÃO 2014).

Destaca-se que independente do termo adotado pelo município, a prática, segundo as autoras, é realizada estando em consonância com a Lei municipal nº 005/2018. Porém, é reforçada, na fala dos participantes, a responsabilização isolada desse profissional, com contribuições pontuais de outros sujeitos, como a família, professores e profissionais de apoio escolar. Frente ao que foi discutido, observa-se, novamente, mais uma prática solitária do professor de Educação Especial, que acaba reforçando uma responsabilidade individual deste com os estudantes PAEE na elaboração desses documentos, bem como nas ações com viés de desenvolvimento acadêmico.

Outra tarefa realizada pelas professoras é a disponibilização de recursos e materiais a serem utilizadas com os estudantes PAEE, estando em consonância com o atribuído na Lei nº 005/2018, sobre o apoio e uso na sala comum, a professora I menciona:

O professor às vezes ensina, mas na maioria das vezes é o mediador, o professor pega esse material, mas ele repassa para o mediador, no caso aluno cego ele tem a professora brailista, que tem os cursos de braille e que está fazendo a pós também agora em braille e é ela que faz essas adaptações (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I, 2019).

De acordo com o relato acima, o papel da professora de Educação Especial seria repassar para outro profissional o recurso e ele aplicá-lo com o estudante. Em relação a quem fazia uso desses recursos na sala comum, todas informaram ser uma prática realizada com uma maior frequência pelo Profissional de Apoio Escolar – Mediadorⁱⁱ e, com uma menor

Professor de Educação Especial: Papéis atribuídos e desempenhados frente ao processo de inclusão escolar em uma cidade paraense

frequência, pelo professor de sala comum. Entretanto, muitos participantes reconheceram que esse acompanhamento não era realizado cotidianamente, em vista das inúmeras outras demandas que cabiam ao professor de Educação Especial.

Foi averiguada, na fala das participantes, a elaboração de recursos pedagógicos, quando necessário, em vista das diferentes realidades presenciadas nas SRM do município, que contavam com algumas salas bem equipadas e outras com poucos recursos para o uso nos atendimentos

Esses recursos são produzidos e confeccionados por nós. Claro que como a gente é do bagulho, a gente vai buscando coisas, recursos que são feitos com uma caixa, com uma lâmina de raio X. São feitos de recursos e materiais muito alternativos, mas às vezes a gente precisa de outros suportes, de cola, de outras coisas que demandam de um certo recurso (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL III, 2019).

Nota-se, na fala da professora de Educação Especial III, que a produção era realizada como iniciativa própria, com uso, muitas vezes, de recursos alternativos advindos de sucatas ou com procedência de materiais custeados por elas. Todavia, as participantes reconheciam e questionavam a importância da oferta de recursos específicos pela Secretaria Municipal de Educação, que em alguns casos eram solicitados para as escolas

Na escola eu cutuco as meninas, eu cutuco a coordenadora do conselho, eu cutuco a direção, “quando é que vocês vão fazer a compra do conselho em? Eu quero tal jogo, tal jogo e tal jogo” eu dou uma cutucada, já consegui, mas na maioria das vezes (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL II, 2019).

Como salientado na fala da participante, Paula, Barbosa e Albuquerque (2014) apontaram, também, em seu estudo, realizado na rede em questão, a carência de recursos específicos para uso dos professores de Educação Especial com estudantes PAEE. Dentre os materiais evidenciados na pesquisa, estavam os recursos necessários para o AEE de estudantes cegos, que muitas vezes eram elaborados de forma improvisada com recursos próprios.

Refletindo sobre esses aspectos, Bueno e Meletti (2011) concordam que é papel do professor de Educação Especial a produção de materiais didáticos e pedagógicos para uso dos estudantes PAEE nos espaços que se fizerem necessário, corroborando o apresentado no

estudo, porém as autoras afirmam também o auxílio na utilização em sala de aula comum, aspecto não considerado possível, frequentemente, por parte desses professores.

Quando perguntadas sobre o processo de avaliação desses estudantes PAEE, por unanimidade, foram apontados como ação viável e realizados cotidianamente durante o atendimento ofertado nas SRM o registro diário e a frequência dos estudantes.

No quesito avaliação, um aspecto foi contestado pelas professoras que foi a importância da frequência nos atendimentos. Porém, novamente, elas apontaram a impossibilidade de participarem e contribuírem para o processo avaliativo dos estudantes PAEE na sala comum, aspecto já esperado por serem observadas ações mais limitadas e viáveis de acordo com as pesquisadas na SRM.

Outra atribuição do professor de Educação Especial, apontada na Lei nº 005/2018 era a oferta de formação em serviço. Uma professora relatou:

O que eu ainda consegui fazer ano passado foi uma oficina de confecção, mas eu consegui fazer só com mediador, agora que eu lembrei, os professores saíram todos para o PACTOⁱⁱⁱ, encontros do PACTO para uma formação, e eu aproveitei “gente bora confeccionar” nós confeccionamos (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I, 2019).

Diante disso, observa-se, novamente, o distanciamento dessas práticas com os professores de sala comum, sendo vistas em alguns momentos, como práticas realizadas em parceria com os Profissionais de Apoio Escolar – Mediadores.

A respeito da realização de cursos e formações por eles, os participantes informaram que eram realizados com financiamento próprio ou em momentos formativos propiciados pela Coordenadoria de Educação Especial (CEES), como pode ser observado abaixo:

Nós pagamos particular, acontece alguns encontros pelo CEES mas são encontros de um dia, onde a gente faz estudos, onde eles escolhem tal deficiência e aí você faz estudos e aí traz algumas metodologias ou aprendizados, mas os cursos mesmos, as formações mais amplas, nós pagamos (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I, 2019).

Observa-se que, mesmo sendo ofertadas formações pelo município sobre essa temática, as falas dos participantes apresentam um certo distanciamento do que é proposto, com a realidade vivenciada no chão das escolas. Embora insuficientes na perspectiva dos

Professor de Educação Especial: Papéis atribuídos e desempenhados frente ao processo de inclusão escolar em uma cidade paraense

sujeitos, trata-se de uma atribuição apontada na Lei nº 005/2018 que é a participação de seminários, cursos, reuniões, dentre outros.

Paula, Barbosa e Albuquerque (2014) também constataram, em seu estudo nesse município, uma fala evidenciada pela professora de Educação Especial pela escassez de formações, reuniões e encontros em serviços com outros professores da área. Segundo elas, quando esses momentos ocorriam, não correspondiam à demanda formativa da área da Educação Especial e, com isso, acabava sendo necessário autofinanciamento. Conclui-se que se faz necessária a oferta de formações frequentes e em serviços, identificando as reais necessidades dos cursistas, o chão das escolas e que esses momentos sejam direcionados para toda a comunidade escolar e não para sujeitos específicos, como professores de Educação Especial e profissionais de apoio escolar.

Outra função evidenciada também como papel desses professores, quando se tratava principalmente da atuação com estudantes da Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais, era a elegibilidade e encaminhamento multiprofissional. Todavia, observou-se particularidades envolvendo o discurso das participantes, aspectos que serão detalhados a seguir.

Como foi apontado, não há papéis atribuídos sobre elegibilidade nas normas municipais, mas segundo as professoras, trata-se de uma prática frequente nos primeiros anos da escolarização, por ser muitas vezes o maior contato das crianças fora do ambiente familiar, possibilitando as comparações e a identificação dos sinais de alerta e atraso no desenvolvimento.

[...] eu até fiquei lembrando aqui, tem outra função que não foi citada que muitas vezes a gente identifica aquela criança com uma possível deficiência né, a gente tem aquele professor que chega ou a gente ver, e vai fazer uma entrevista (professor) e aí faz aquela possível hipótese e encaminha para que a equipe (Coordenadoria de Educação Especial) vá nos ajudar. Quando a família não aceita, a equipe que faz a orientação [...] (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I, 2019).

[...] geralmente são os professores que chegam ou em alguns casos a família, já aconteceu na escola que eu trabalho, mas é mais raro, que geralmente nessa idade a família já tem uma dificuldade de perceber [...] (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL II, 2019).

Diante dos dados, os primeiros sinais de alerta são identificados na escola, especificamente pelos professores de sala comum, uma vez que as crianças passam um maior quantitativo de tempo nesse ambiente, e a função dos professores de Educação Especial se dá pelo encaminhamento e “confirmação” das queixas identificados na turma.

Todavia, mesmo sendo raro, a professora de Educação Especial III, apontou o recebimento de crianças com diagnóstico médico desde a Educação Infantil e com definição dos encaminhamentos intersetoriais que deveriam ser disponibilizados para os estudantes, estando, dentre eles, o atendimento na SRM. Abaixo, seguem os relatos referentes as percepções sobre encaminhamentos:

Do lado da escola tem um postinho, então a gente já encaminha. Às vezes o postinho faz, principalmente na questão de oftalmologia ou de clínico geral, mas no posto só tem de clínico e pediatra e a partir desses profissionais que eles levam para a UBS quem for pelo SUS (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL II, 2019).

[...] E quando tem condições de particular eu adoro (RISOS). Porque é difícil né, porque quando tem condições já pode ir direto (...) tinha uma criança na escola que ela tinha característica de autismo, filho de uma professora. Aí eu dei graças a Deus que ela tem IASEP^{iv}, aí eu passei até os contatos para ela que tem os grupos né (...) porque no SUS tem todos os trâmites para chegar esses profissionais e se eu não me engano, parece que fono eles dão dez sessões, aí vai tem que passar de novo todo esse processo. Tem o CEAPA^v que tá restringindo né porque é muita procura e tem APAE também, em Belém é o CIIR^{vi}, Bettina^{vii}, são esses (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I, 2019).

Porém, uma das professoras de Educação Especial apresentou um discurso sobre os encaminhamentos:

Eu não costumo fazer nenhum tipo de encaminhamento, chamo a família por exemplo, ela vai no pediatra primeiro que está mais perto, se precisar de um relatório da escola eu posso dar do AEE, a professora pode fazer de dentro da sala de aula, e aí ela leva todo esse material e procura esse profissional, é dessa forma que eu costumo conduzir (PROFESSORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL III, 2019).

Diante do exposto, observou-se que as professoras de Educação Especial I e II, buscavam, diante das possibilidades, realizar esses serviços de parceria extraescolares, pelo menos por meio de encaminhamentos. Em contrapartida, a professora de Educação Especial III não os realizava, destacando como papel exclusivo a ser desempenhado pela família, diretamente com a área da saúde.

Professor de Educação Especial: Papéis atribuídos e desempenhados frente ao processo de inclusão escolar em uma cidade paraense

Nota-se que as professoras reconheceram a importância do atendimento clínico e, conseqüentemente, os benefícios para o trabalho desempenhado por elas, contudo, isso não anula os desafios recorrentes relacionados à garantia de direitos de todas as crianças, dentre eles: o enfrentamento das próprias famílias a terem acesso a serviços no âmbito da saúde, por meio do SUS.

Filas imensas e número de sessões reduzidos provocam barreiras, com serviços limitados na cidade, fato também identificado no estudo realizado por Calheiros et al. (2019), em que as famílias preconizam buscar tais serviços em outras cidades, neste estudo, em especial, a capital do estado, Belém, levando à desistência de atendimento. Sendo assim, neste contexto, há poucas ou nulas possibilidades de atuação colaborativa com esses profissionais do setor clínico, sendo refletida a necessidade da oferta desses profissionais no próprio contexto escolar, com viés educacional, contribuindo com a inclusão escolar nos diferentes níveis de ensino.

Diante dos dados apresentados, evidenciam-se diferentes práticas realizadas pelos professores de Educação Especial, porém poucas delas relacionadas com a sala comum. Aponta-se que os papéis envolvem, preferencialmente, o estudante PAEE e, em alguns momentos, a família, sendo pouco constatadas ações voltadas à equipe escolar.

Considerações finais

O referido estudo teve como objetivo identificar os papéis dos professores de Educação Especial em um município do estado do Pará. Diante das reflexões realizadas ao longo do texto, é observada, em muitos momentos, uma marcante dualidade no que está atribuído e o que está sendo efetivado pelos professores de Educação Especial, principalmente nas ações relacionadas à sala comum, foram evidenciadas inúmeras barreiras e impossibilidades para esse contato frequente. Percebeu-se, novamente, que o apoio ofertado se centrava no aluno, em que se evidencia a lesão e a necessidade de modificação do estudante em comparação ao meio, sendo pouco visualizadas práticas colaborativas e parcerias com os diferentes profissionais existentes na escola e que exercem responsabilidades também com os estudantes PAEE.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 Mar. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 Set. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm . Acesso em: 26 Out. 2020.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos, Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.
BUENO, J. G. S.; MELETTI, S. M. F. Educação infantil e educação especial: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros. **Contrapontos**, [s.l.], v. 11, p. 65-80, 2011.

CALHEIROS, D. S. **Rede de apoio à escolarização inclusiva na educação básica: dos limites às possibilidades**. 2019. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. **O que é o ensino Colaborativo?**. São Paulo: Edicon, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINI, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S.. (Org.). **Colóquios sobre pesquisa em educação especial**. Londrina: Eduel, 2003, p. 11-25.

MENDES, E. G. **Inclusão Marco Zero começando pelas creches**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2010.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino Colaborativo com apoio a inclusão unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v.17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Acesso em: 11 Out. 2021.

MUNICÍPIO INVESTIGADO. **Lei Municipal 005/2018** de 16 de Fevereiro de 2018. Dispõe sobre a criação de cargos públicos para Profissional de Apoio Escolar-Cuidador e Profissional de Apoio Escolar-Mediador e a revogação dos artigos 2º, 3º, 4º e 5º e Anexos I e II da Lei nº 028/2012, de 28 de maio de 2012, e dá outras providências. 2018.

PAULA, H. L.; BARBOSA, A. C.D.; ALBUQUERQUE, R. D.L. A perspectiva de uma professora de AEE sobre a Educação Especial em uma escola municipal de Castanhal. In:

Professor de Educação Especial: Papéis atribuídos e desempenhados frente ao processo de inclusão escolar em uma cidade paraense

ALBUQUERQUE, R. D. L.; BRASIL, S. E. R. (Org.). **Inclusão de Pessoas com Deficiência no Contexto Amazônico**. Belém: L&A editora, 2014, p. 65-74.

RABELO, L. C. C. **Casos de ensino na formação continuada à distância de professores do atendimento educacional especializado**. 2016. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Programa de Pós-graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8904>. Acesso em: 11 Out. 2021.

RODRIGUES-SANTOS, J. **Inclusão escolar e os modos de planejamento educacional individualizado nos Institutos Federais brasileiros**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Programa de Pós-graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13112>. Acesso em: 11 Out. 2021.

TANNÚS-VALADÃO, G. **Planejamento Educacional Individualizado na Educação Especial: propostas oficiais da Itália, França, Estados Unidos e Espanha**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Programa de Pós-graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3070?show=full>. Acesso em: 11 Out. 2021.

TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS SOBRE AEE. **Journal of Research in Special Educational Needs**, [s.l.], v. 16, p. 860-864, 2016.

VALE, I. A. C. S. M. C. **Perspectivas de professores e de alunos sobre o papel do Professor de Educação Especial na construção de uma Escola Inclusiva**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) Escola Superior de Educação de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/13041/1/Disserta%3%a7%3%a3o_Isabel%20Alexandra%20Vale_vf.pdf. Acesso em: 10 Dez. 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Agradecimentos

Aos participantes desse estudo que foram colaboradores desta pesquisa. À Universidade Federal de São Carlos, ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs) que oportunizou a investigação e a CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Notas

ⁱ Ficha de caracterização: elaborada com base no instrumento caracterização dos participantes, criado no projeto “A avaliação da qualidade da Educação Especial, no âmbito da Educação Básica”ⁱ e aplicado com todos os participantes (LACERDA; MENDES, 2016).

ⁱⁱ Profissional estabelecido na Lei nº 005/2018 que exerce papéis relacionados aos cuidados básicos e mediação pedagógica.

ⁱⁱⁱ Programa do governo federal intitulado Pacto Nacional da Educação na Idade Certa.

^{iv} Assistência à saúde promovido pelo Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará (IASEP)

^v Instituição especializada nomeada como Centro de Atenção à Pessoa com Autismo (CEAPA).

^{vi} Instituição especializada nomeada Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR).

^{vii} Hospital público universitário Bettina Ferro de Souza.

Sobre os autores

Juliane Dayrle Vasconcelos da Costa

Graduada em Letras habilitação Língua Espanhola (UFPA), Mestra e doutoranda em Educação Especial (UFSCar). Atualmente possui dedicação exclusiva para pós graduação com bolsa de financiamento CAPES. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5101-6067>.

E-mail: julianedayrle@gmail.com.

Carla Ariela Rios Vilaronga

Pedagoga (UNESP), Mestrado em Educação (UNESP), Doutorado em Educação Especial (UFSCar). Desde dezembro de 2015 é docente no Instituto Federal de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6050-2369>. E-mail: crios@ifsp.edu.br.

Recebido em: 30/10/2022

Aceito para publicação em: 11/11/2022